

ENTREVISTA COM DR. ELIEL BENITES



Bruno Pastre Máximo ¹
Renata Ferreira de Oliveira ²

Eliel Benites é Professor auxiliar na Faculdade Intercultural Indígena FAIND/UFGD. Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados, mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco e graduado em licenciatura indígena, Teko Arandu, pela Universidade Federal da Grande Dourados. Tem experiência na formação de professores indígenas Guarani e Kaiowá, com ênfase em Ensino de Ciências da Natureza, atuando principalmente nos seguintes temas: Guarani e Kaiowá, Educação Escolar indígena, cosmologias e cinema Guarani e Kaiowá, membro da Associação de Realizadores Indígenas (ASCURI). Atualmente é Diretor do Departamento de Línguas Indígenas e Memória do Ministério dos Povos Indígenas.

1 - A sua trajetória acadêmica e profissional perpassou diferentes áreas do conhecimento, como a licenciatura indígena e suas dinâmicas próprias, a pedagogia e a geografia. Pode nos contar um pouco o porquê destas escolhas?

Eliel Benites - Meu nome é Eliel Benites, sou indígena Guarani Kaiowá, nascido na aldeia Encararapó, próxima à reserva indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Atualmente, ocupo a posição de diretor do Departamento de Línguas e Memória do Ministério dos Povos Indígenas. Anteriormente, fiz parte da diretoria da Faculdade Intercultural Indígena FAIND/UFGD também em Dourados. Quanto à minha trajetória, ela é bastante diversa, pois tenho

¹ Doutor em Antropologia com habilitação em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPArq/MAE-USP). Graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Especialista em Museografia e Patrimônio Cultural pelo Centro Universitário Claretiano. E-mail: pastrebruno@ufam.edu.br

² Doutora e Mestra em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Licenciada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Foi professora efetiva de História no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), e atualmente é professora efetiva de História no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). E-mail: renataconquista@gmail.com



envolvimento na militância indígena desde minha atuação como professor indígena em 1997. Na época, assumi o papel de professor alfabetizador na língua Guarani, o que nos levou ao movimento indígena e à licenciatura em magistério indígena de nível médio. Posteriormente, ingressamos na licenciatura indígena em nível de graduação e mais tarde na área de graduação em ciências da natureza. Concluí meu mestrado em educação na Universidade Católica Dom Bosco e por fim, meu Doutorado em Geografia Cultural pela UFGD.

Essa escolha acadêmica foi resultado da minha trajetória e envolvimento com a luta pela defesa da educação escolar indígena, questões ambientais e direito ao território. Essa última questão, em especial, é fundamental por discutir a importância do território, Tekohá na nossa língua, sendo uma escolha que não segue uma linearidade tradicional de graduação. Esse percurso foi interessante, pois permitiu olhar para o objeto de estudo sob diferentes perspectivas, proporcionando uma compreensão holística das interpretações da realidade. Contextualizar e dialogar entre saberes indígenas e não indígenas foi enriquecedor, proporcionando ganhos significativos, especialmente no aprofundamento de conhecimentos, como na discussão sobre a educação escolar indígena.

2 – No mundo não-branco tendemos a dividir, compartimentar e racionalizar o pensamento nos diferentes campos científicos, incluído a história. O que para você é a história indígena?

Eliel Benites - Esta é uma pergunta muito interessante, pois no mundo não indígena percebo que essa divisão afeta as coisas e acabamos produzindo um mundo onde o conhecimento reverbera também na produção social das pessoas. Elas enxergam dessa maneira, compartimentada. Então a própria história reproduz uma sociedade compartimentalizada, por exemplo, uma cidade como partes geográficas.

No mundo indígena, a história não é cronológica. Isso sempre me faz pensar na questão do tempo na história. O tempo não é apenas um avançar numérico dos anos, indo para frente. E para frente, nesse contexto, tem significado na perspectiva moderna, não indígena. O futuro está associado à modernidade, que é como o mundo não indígena o percebe. Para nós, indígenas,



a história é diferente. Os eventos fazem a própria história. Ela não é linear porque o acontecer produz sentido. Se algo significativo aconteceu em sua vida, isso marca e essa marca sempre remete ao sentido do agora. Você volta sempre para trás, não naquele tempo específico, mas em um tempo passado que está ali, indefinido.

Para nós, a história tem um tempo que marca e produz nosso jeito de ser. Ela se eleva a um patamar cosmológico. Podemos acessar o que os mais velhos chamam de "os tempos dos antigos", um tempo remoto que se tornou um cosmo. Nossa história é uma parte presente que faz parte do sentido, conduzindo nosso jeito e nosso sistema.

3 - De que maneira a literatura indígena junto a uma releitura da história tradicional brasileira e seus registros oficiais, podem contribuir para a reescrita da história do Brasil em uma perspectiva indígena?

Eliel Benites - Penso que vivemos um momento bastante interessante em relação à presença indígena no meio acadêmico e na esfera de pensamento, colaborando na formulação de novos pensamentos por meio da literatura indígena. A literatura indígena não se restringe apenas à produção de obras, mas também engloba pensamentos e reflexões que trazem consigo uma visão cosmológica, distinta. Isso representa um ponto desafiador, pois a literatura não indígena, frequentemente, é fundamentada na racionalidade ocidental. Quando essas duas perspectivas se encontram, torna-se um desafio estabelecer diálogo, pois a legitimidade do pensamento muitas vezes é referenciada na lógica europeia.

Atualmente, a dinâmica é diferente, mas o desafio persiste tanto para não indígenas que buscam compreender esse processo quanto para os próprios pesquisadores e produtores de literatura indígena. Como inserir ideias em uma estrutura predominantemente racional e ocidental é um desafio, considerando que a legitimidade do pensamento ainda é frequentemente ancorada no paradigma europeu. No entanto, há uma perspectiva promissora de romper com essa bolha, explorando novas formas de pensamento e, possivelmente, construindo uma narrativa mais inclusiva e diversa. Este é o desafio que



enfrentamos, mas também uma oportunidade valiosa para expandir horizontes e promover uma compreensão mais ampla e autêntica da história brasileira.

4 – Sob o ponto de vista indígena, qual é a importância de uma história do indigenismo?

Eliel Benites - Penso que essa é uma forma de olhar, embora carregada de preconceitos na história mais ampla porque legitima a presença dos colonizadores nos territórios. Essa narrativa estabelece uma cronologia e uma lógica de Estado, fundamentando o pensamento e a sociedade. Embora estejamos em uma condição em que não podemos negar ou apagar essa história, é fundamental enfrentá-la com crítica e ao mesmo tempo, usá-la como ponto de partida para reescrever uma nova forma de história.

O grande desafio atual é reescrever essa história a partir da perspectiva indígena, considerando a forma anterior de escrita, mas propondo uma abordagem mais inclusiva e autêntica. A história escrita pelos próprios indígenas, com um viés indígena, é crucial nesse processo. Além disso, é necessário considerar o papel dos não indígenas nesse processo, explorando o que será o papel dos historiadores não indígenas nessa narrativa mais abrangente e diversificada.

Hoje, a história desempenha um papel fundamental ao trazer à tona momentos diversos e, assim, proporcionar uma visão mais abrangente. Não se trata apenas de legitimar o processo histórico da presença não indígena nos territórios, mas também de reformular o pensamento atual, reescrevendo a história a partir da lógica dos povos indígenas. Cada povo possui sua própria história, lógica e forma de entender o mundo e é essencial considerar essa diversidade na construção de uma narrativa mais completa e representativa.

5 – No Brasil, a grande parte dos trabalhos sobre história indígena se baseiam em documentos escritos e, portanto, produtos da colonização. Arqueólogos, historiadores orais e linguistas apontam que precisamos ir além da “história do genocídio” para a história antiga dos povos indígenas, ou seja, aquela em que eles viviam suas trajetórias a partir de seus próprios termos e sociedade, em plenitude. Como você acredita que a História pode superar a história da morte, para ser a história da vida dos povos indígenas?



Eliel Benites - Penso que é necessário reavaliar a forma como a história é escrita, oficialmente estabelecida, e revisita-la com conceitos e olhares indígenas contemporâneos como ponto de partida para a reescrita. A história está escrita, mas é preciso reexaminá-la e analisá-la, pois a escrita daquele tempo possuía um ponto de vista específico, e é essencial considerar vários pontos de vista para entender a diversidade da realidade. A revisitação das histórias antigas é uma discussão que pode criar conceitos, metodologias, reflexões e formas de pensar, pois é um processo dinâmico. Os erros do passado não podem ser resolvidos, mas evidenciá-los pode abrir espaço para reconhecer outras formas de realidade naquele momento.

Ao visitar a história, é fundamental trazer a diversidade de sentidos da realidade daquele período. A crítica à história oficial está na falta de afetividade, pois a história indígena carrega consigo afetos e sentidos que fazem parte da memória humana. A emoção é humana e visitar a história com esse entendimento pode ser um ponto de partida para construir uma nova narrativa, mais completa e autêntica.

6 - Qual a importância da história indígena para a construção de uma educação antirracista que vise a desconstrução dos estereótipos acerca dos povos indígenas brasileiros?

Eliel Benites - A construção do racismo e dos estereótipos negativos em relação aos povos indígenas está intrinsecamente ligada à forma como a história é contada. A metodologia histórica cria verdades e perspectivas negativas sobre os povos indígenas, sendo fundamental questionar essa abordagem para combater o racismo e os estereótipos presentes na sociedade atual.

Para desconstruir esses estereótipos, é necessário reformular a metodologia da história, questionando-a quando legítima a colonização e evidencia somente a violência sofrida pelos povos indígenas. Ao criticar a própria forma como a história é narrada, é possível gerar uma consciência mais ampla e uma visão diferente, permitindo que a sociedade viva na diversidade. É possível criar novas metodologias da escrita da história, sobretudo a partir da perspectiva indígena.



Questionar a estrutura da história não implica apenas em uma crítica ao passado, mas em uma reavaliação do presente e do futuro. A história atual é, em grande parte, um produto da forma como a história foi construída no passado. Portanto, ao questionar essa estrutura, podemos criar uma sociedade mais aberta e plural, capaz de aceitar e valorizar a diversidade como um componente essencial de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

É necessário reconhecer que a sociedade atual reflete, em muitos aspectos, a forma como a história foi contada e a educação antirracista precisa buscar uma transformação profunda na maneira como abordamos e ensinamos a história, dando espaço para as narrativas indígenas e questionando as perspectivas eurocêntricas que perpetuam estereótipos prejudiciais.

7 - No MPI, sua diretoria está responsável pela criação e execução dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade dos Povos Indígenas, o que certamente traz muitos desafios, mas também uma reflexão sobre a história recente dos povos indígenas. O que podemos esperar destes trabalhos?

Eliel Benites - Atualmente, estamos considerando a implementação da Comissão da Verdade Indígena com o objetivo de destacar oficialmente, através da estrutura do Estado, as violências e violações de direitos ocorridas não apenas durante o período da ditadura, mas também em outros eventos negativos que marcaram os povos indígenas. A ideia é estabelecer uma comissão que possa investigar e coletar informações sobre tais violências, não se limitando apenas ao passado ditatorial.

O principal objetivo dessa comissão é trazer à tona as informações sobre essas violências, não apenas para reparar danos, mas para criar valores na sociedade. A ideia é gerar uma consciência crítica sobre a situação, para que a violência não se repita. Ao evidenciar dados e informações, a comissão visa quebrar a estrutura que legitimou a violência, mostrando como ela se tornou uma verdade aceita.

A violência, ao longo do tempo, tornou-se uma verdade legitimada e a comissão busca deslegitimar esse processo, promovendo uma visão crítica e



informada sobre a realidade. Isso inclui questionar como certas violências se tornaram aceitas e legitimadas, como no caso da violação do direito à terra dos Guarani, por exemplo.

A reparação proposta por essa comissão vai além de pedir desculpas; ela busca a recomposição do sistema tradicional dos povos indígenas, permitindo sua autonomia. A violência desestruturou essa base legítima e a reparação busca reconstruir não apenas estruturas físicas, mas também os valores e a autonomia dos povos indígenas.

Em última análise, a Comissão da Verdade Indígena visa criar uma consciência mais profunda na sociedade, evidenciando a realidade das violências passadas, para que as pessoas possam compreender, refletir e buscar a reparação necessária para a reconstrução das estruturas e valores fundamentais dos povos indígenas. Isso vai além de uma abordagem superficial e exige um engajamento mais profundo e reflexivo.

8 - Acerca do trabalho relacionado à justiça de transição, em sua opinião, como o Estado pode criar políticas de reparação para a memória dos povos indígenas?

Eliel Benites - No Ministério dos Povos Indígenas, é possível articular políticas que revisem a história dos povos indígenas no Brasil, abrangendo diferentes períodos históricos, tanto no passado quanto na contemporaneidade. Dentro da nossa diretoria, estamos implementando diversas ações nesse sentido.

Essas ações estão alinhadas à perspectiva de revisitar a história, inicialmente disponibilizando-a para que as pessoas tenham acesso. A história muitas vezes é negada e é essencial ter uma política que a coloque em evidência, permitindo que o próprio povo se reconheça e conheça sua própria história. Muitas vezes, os povos indígenas não se reconhecem ou desconhecem suas origens devido à imposição de uma história homogênea e padrões gerais que não contemplam a diversidade de histórias dos diferentes povos.

A política do Ministério Indígena precisa ter a perspectiva de fazer com que o povo se reencontre com sua história, suas origens e cosmologia. Isso enriquece a realidade atual e fortalece as pessoas, proporcionando orgulho de sua própria história. É uma política que busca permitir que as pessoas revisitem não



apenas a história, mas também sua língua, comunidade e resistência, proporcionando uma visão mais ampla afetiva e poética da realidade, incluindo não apenas os aspectos negativos, mas também os aspectos positivos.

Essa abordagem também se relaciona com questões atuais, como a violência e os problemas sociais. Ao focar não apenas nos problemas, mas também nas coisas boas, a história dos povos indígenas pode ser uma ferramenta poderosa para fortalecer a estrutura do povo e combater influências externas negativas. Ao investir na própria história e cultura, os povos indígenas podem enfrentar desafios contemporâneos com base em suas raízes e tradições, reforçando os sistemas de resistência e vida.

9 – Como você vislumbra o futuro da História Indígena e sua importância na luta indígena contemporânea?

Eliel Benites - Compreendo que a história indígena está em um estágio inicial de desenvolvimento, especialmente no contexto da presença indígena em diversos campos, não apenas na história, mas em várias outras áreas. Isso apresenta desafios, particularmente na metodologia adotada. Ao orientar um acadêmico indígena em história, por exemplo, surge o desafio de como orientar, dialogar, e referenciar, especialmente considerando a necessidade de diálogo com os mais velhos e anciãos. A questão da linguagem também se coloca como um desafio para todos nós.

A história indígena é um ambiente desafiador e perspectivas diversas são introduzidas, trazendo diferentes conceitos que se assemelham a constelações. A história se apresenta como um conjunto de conceitos e a tarefa é reunir esses conceitos de maneira não prescritiva. A visão de futuro para a história indígena não segue uma receita ou caminho predefinido e é um desafio experimentar diferentes abordagens para construir um novo caminho.

A incorporação de conceitos, como o conceito de Tekohá em Guarani, é um exemplo interessante que destaca a profundidade e a singularidade dos entendimentos indígenas sobre território. A junção e construção de conceitos são fundamentais e essa abordagem é um processo dinâmico, sem um caminho pré-determinado. É uma construção que se assemelha à formação de estrelas, onde conceitos se unem, se afastam, se encontram e se desencontram.



É crucial manter a abertura para diferentes perspectivas e pensamentos, permitindo que a história indígena se desenvolva de maneira autêntica. Sem essa abertura, existe o risco de perpetuar metodologias coloniais na abordagem da história, o que seria contraproducente para a construção de uma narrativa indígena significativo e única.

